



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Sustentabilidade: entendimento do léxico e seus desdobramentos face a uma busca emancipatória

MARIANA MALVEZZI

ESPM

mariana.malvezzi@hotmail.com

Sustentabilidade: entendimento do léxico e seus desdobramentos face a uma busca emancipatória

Resumo

Compreendendo a sustentabilidade e a emancipação como dois pilares interdependentes, a presente pesquisa buscou levantar entre profissionais “gestores da sustentabilidade”, da iniciativa privada, da academia e da gestão pública, os significados implicados por este conceito tendo como base a seguinte categorização, proposta a partir de um extenso levantamento teórico: sustentabilidade como controle da natureza física, sustentabilidade como qualidade de vida, sustentabilidade como princípio e sustentabilidade como emancipação. Para a realização do levantamento empírico utilizou-se a Técnica Q (análise unifatorial invertida). Observou-se pouca clareza, por parte dos sujeitos, das muitas prioridades implicadas no conceito de sustentabilidade bem como uma maior discordância entre os membros da academia e os gestores da iniciativa privada e do governo. Como era de se esperar houve maior concordância no entendimento de sustentabilidade como controle da natureza física. Entretanto, a resposta com maior carga fatorial se referia a categoria princípio e apontava a sustentabilidade como resultado de um aprofundamento da democracia e da justiça social.

Palavras-chave: sustentabilidade, emancipação, ecologismo, desenvolvimento, ambientalismo

Sustainability: lexical understanding and its development towards an emancipatory pursuit

Abstract

Understanding sustainability and emancipation as two interdependent pillars, this research assessed among professionals "managers of sustainability", from the private sector, academics and public administration, the meanings implied by this concept based on the following categorization, proposed after an extensive theoretical research: sustainability as the control of physical nature, sustainability as quality of life, sustainability as a principle and sustainability as emancipation. To carry out the empirical survey this research used the Q technique (inverted univariate analysis). The statistical analysis pointed towards the subjects little clarity towards the importance of the many priorities implicated in the search for sustainability, the data also revealed greater disagreement among academics and the managers from the private and government sector. As expected the subjects indicated more agreement on the understanding of sustainability as the control of physical nature. However, the response with the highest factor referred to sustainability as a principle, understanding it's achievement as dependent of democracy and social justice.

Key words: sustainability, emancipation, ecology, development, environmentalism

Introdução

A presente pesquisa teve por objetivo estudar a sustentabilidade e a emancipação como dois pilares interdependentes da existência do Homem e da sociedade. Aqui, a sustentabilidade é entendida como a possibilidade da permanência de ambos, sua continuidade. Emancipação é entendida como a vivência de sua condição ontológica de ser capaz de participar de seu próprio futuro. Ambas, sustentabilidade e emancipação cresceram em complexidade no contexto da sociedade globalizada.

Ambas estas questões têm sido foco de significativa atenção em vários campos da ciência, como a biologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia, como também têm sido foco de ações nas esferas governamental, empresarial e principalmente acadêmica. Os investimentos na compreensão da sustentabilidade e da emancipação têm sido férteis, acarretando crescente produção bibliográfica. Basta uma breve análise das produções desses dois objetos do conhecimento para expor sua complexidade e a relação interdependente que estão implicados, num movimento dialético no qual a realização de um requer a compreensão e consideração do outro. Como em uma tese e em sua antítese, cujo movimento contínuo de aproximação é o que lhes permite existir enquanto fundamento para a existência do Homem.

Esta artigo, portanto, assumiu o exame da sustentabilidade e da emancipação como seu principal objeto, tendo em vista sua possível contribuição para melhor compreensão da sociedade e de sua gestão. Hoje, tanto se fala e se escreve sobre sustentabilidade e emancipação que fica difícil neutralizar sua banalização. Ambas despontam como elementos cruciais da vida humana em sociedade. O pressuposto aqui perseguido é compreender porque a sustentabilidade somente poderá ser viabilizada por sujeitos emancipados.

Revisão Bibliográfica

A palavra sustentabilidade expressa mais um desses conceitos sobre os quais tem-se compreensão intuitiva, porém difíceis de serem definidos porque escondem ampla polissemia de sentidos. Na diversidade expressa na literatura, sustentabilidade comunica controle da escassez de água, ações preventivas para o aquecimento global, busca da qualidade de vida, gestão construtiva, liderança responsável, entre tantos outros sentidos. Parte dessa dispersão semântica ocorre porque a sustentabilidade integra distintos fenômenos, tal como o corre com o conceito de ambientalismo. Todos entendem o que a palavra quer dizer porém sabem que um compreende como “culto ao silvestre”, outro como “evangelho da ecoeficiência” e ainda um outro como “ecologismo dos pobres” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Não é difícil perceber que no campo de fenômenos complexos, uma dificuldade semântica frequentemente produz a criação de outra. Por esse motivo, a análise criteriosa dos sentidos implicados no conceito de sustentabilidade, na categorizações das ações que a produzem e nos papéis de seus agentes, desponta como tarefa fundamental para esta pesquisa. A sustentabilidade é uma ação que transcende fronteiras, ideologias e nações.

O termo sustentabilidade tem origem no Latim, nos verbos sustentare (manter) e sustinere (não deixar cair). Entretanto, grande parte da literatura voltada para a compreensão da sustentabilidade trabalha o aparecimento do conceito depois da segunda grande guerra, quando a relação da sociedade com o ambiente físico começou a emitir sinais de

complexidade e de significativo aumento de riscos. Sustentabilidade era, nesse momento, uma forma de sinalizar o perigo eminente da contínua deterioração dos recursos naturais da terra.

A questão da sustentabilidade teve visibilidade crescente, desde os anos 1980, e possui como marco o já citado relatório Brundtland (1987), intitulado “Nosso bem comum” redigido pela comissão mundial para o ambiente e o desenvolvimento da ONU. Neste documento o desenvolvimento sustentável é apresentado como “um processo de mudança no qual a exploração e o investimento de recursos, a direção do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estejam em harmonia e estimulem, tanto a geração presente como a futura, de suprir suas necessidades e aspirações”. Não há dúvida de que o conceito de sustentabilidade cresceu e se expandiu desde então e ainda contém muita potencialidade para se desenvolver a fim de atingir a maturidade que todos esperam dele, pela sua importância no mundo atual.

Como dito anteriormente, a sustentabilidade pode ser focada como conceito, como prática, ou como utopia. Para Adams (1990), essa atenção para com o ambiente não é nova, mas a novidade está no fato de sustentabilidade ter se tornado um jargão da sociedade. Na cultura popular, sustentabilidade trata da crise mundial devido ao petróleo (BARBIER, 2010), da prevenção da possível falta de alimento, da gestão ambiental (NOBRE e AMAZONAS, 2002), da responsabilidade social por parte das empresas (SMITH et. al, 2010), dos efeitos da sociedade sobre as mudanças climáticas e sobre o aumento da pobreza e das relações do Homem com o ambiente (DALSUET, 2010). Estudar sustentabilidade passa pela compreensão de todos esses problemas, como se fosse uma somatória deles.

Para organizar a análise de conceito tão complexo, tem-se que recorrer a diversos olhares como é o caso do olhar histórico, do exame de alguns problemas desse elenco mencionado no parágrafo anterior. Com tal exame pressupõe-se que será possível abarcar a polissemia do conceito de sustentabilidade e, através de suas transformações históricas apreender a relação do Homem com seus semelhantes e com o mundo a sua volta.

A questão da sustentabilidade coloca em foco não só qualidade de vida hoje, mas principalmente, a viabilidade do amanhã, ou seja as condições de vida das gerações futuras. Howard Bowen, em 1953 (SMITH, 2010), foi o primeiro a reconhecer a importância da responsabilidade social por parte das organizações, gerando grande controvérsia a respeito do papel das empresas no denominado Comportamento Socialmente Responsável¹. Hoje há significativa aderência ao entendimento da responsabilidade, não só por parte das empresas como de diversas outras organizações, pelas decorrências diretas e indiretas de suas ações.

Por isso, a busca dos significados atribuídos ao ecologismo, ao ambientalismo e ao desenvolvimento sustentável, mesclará várias questões, como os interesses políticos e econômicos que têm legitimado a construção destas concepções e os problemas que aparecem sob a forma de terminologias indistintas (MARTINEZ-ALIER, 2007).

A palavra ecologismo (CASTELS, 1999), se refere ao “conjunto de crenças, teorias, projetos que contemplam o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo e visa a manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária” (p.143). Nessa concepção, o ecologismo é entendido como o estudo das relações entre as espécies e ambiente inanimado de modo a garantir que o Homem possa se manter (CALDERONI, 2008). O

ecologismo pode então ser considerado ecocêntrico, pois compreende o ecossistema, dentro do qual está inserido o Homem, como um sistema fechado e possui como princípio fundamental a interação e a interdependência entre seus diversos elementos (PENA-VEGA, 2003).

O ambientalismo, por sua vez, possui ampla diversidade de entendimentos e perspectivas, porém existe segundo Calderoni (2008), dentre todas as diferentes vertentes, um ideal comum de redução da “transformação do meio ambiente humano, de forma a tornar mais provável a sobrevivência da espécie por mais tempo” (p.16). Para Castells, o ambientalismo se refere a “formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam a corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o Homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (p.143).

Já a noção de desenvolvimento sustentável, como descrito no movimento ambientalista enquanto evangelho da ecoeficiência (Martínéz-Alier, ano), ganhou espaço nas discussões ambientais, com esta nomenclatura, através do relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A discussão presente no desenvolvimento e divulgação desta terminologia é referida, por muitos autores, como uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental na sociedade como um todo (NOBRE, 2002, VEIGA, 2005, DOEBEL, s/data, GROBER, 2007), justificada pela busca de maior conscientização dos governos.

Verdadeiramente, buscar a sustentabilidade como um bem comum, tal como apresentado e defendido pela ONU, parece estar intrinsecamente ligado a busca pela autodeterminação do Homem, que ao ganhar consciência de si, ganha consciência do outro. Este ganho de esclarecimento foi proposto por Adorno, como o despertar da “consciência quanto a que os Homens são enganados de modo permanente, pois hoje em dia o mecanismo da ausência de emancipação é o mundus vult decipi¹ em âmbito planetário” (ADORNO, 1971, p.183). Para Honneth (2003), a consciência crítica é uma condição humana ao referir-se a necessidade de tornar “efetivas as estruturas intrínsecas respectivas” (p.267) que nas palavras de Habermas (1976) surge como tomar para si as próprias interações sociais.

Apesar de apresentarem leituras muitas vezes contraditórias entre si, os diversos autores da Teoria Crítica parecem reconhecer no Homem a existência de uma potencialidade inerente a sua constituição humana, a sua ontologia, de um vir-a-ser que preso a instrumentalidade da ordem sistêmica precisa lutar a fim criar para si um espaço que o represente. Ou como se referiu Habermas (1976) “um Eu ao qual é atribuída a capacidade de julgar” (p.24).

Desta forma, através da discussão apresentada até aqui, pode-se pensar que uma condição intrínseca a busca pela sustentabilidade seja justamente a criação ou o estímulo de espaços que ajudem o Homem a ganhar consciência de si, a consciência do outro, a consciência do nós e, como resultado a consciência do mundo.

O ganho de autonomia tem sido duramente apontado pela Teoria Crítica, em que nas palavras de Tassara (2005), devido a uma naturalização da industrialização e do urbano, que enquanto tal tem-se produzido “o fechamento do universo de locução como condição para padronizar o humano - o urbano como ambiente natural torna-se o ambiente natural do urbano” (p.263). Neste movimento ao tornar natural o urbano, retira do “indivíduo sua autonomia como ser

humano” (p.263), pois encobre suas necessidades e desejos em prol do ambiente urbano, (CIAMPA, 1987, LIMA, 2010) a uma sujeição ao ambiente urbano.

Partindo deste levantamento esta pesquisa buscou estudar a sustentabilidade e a emancipação como dois pilares interdependentes tanto da existência do Homem como da sociedade será apresentado a seguir o levantamento empírico do que significa agir com vias a sustentabilidade dentro dos três grupos profissionais estudados, acadêmicos, gestores do governo e gestores da iniciativa privada. Neste exercício se estará buscando os possíveis diferentes entendimentos do que é a sustentabilidade e sua reflexão enquanto uma busca potencialmente emancipadora.

Metodologia

As dificuldades implicadas na compreensão dos significados que acompanham a palavra sustentabilidade decorrem do campo que ela representa, o planeta terra, a sociedade, as instituições, a pessoa dentre muitos outros objetos. Além disso, esse campo abriga questões e problemas encadeados a um número incontável de outras questões diante das quais qualquer busca de consenso parece irrealizável. O caminho escolhido para produzir informações que permitiram elaborar repostas às questões levantadas em sua introdução foi a escuta de outros pesquisadores e profissionais que vêm trabalhando na mesma pergunta e, ou nos problemas da gestão do ambiente físico e social do presente momento histórico e do futuro. As opiniões desses acadêmicos e desses profissionais, hoje já frequentes no mercado, contribuíram com alguma luz, ou algum caminho novo, uma vez que tais sujeitos são pessoas que assumem posições executivas em organizações, que poderiam ser definidos como agentes de sustentabilidade, porque refletem sistematicamente sobre o conceito de sustentabilidade para melhor o compreender.

Para se arquitetar a busca da voz de sujeitos que atuam na área de sustentabilidade depara-se com idêntico desafio, já analisado anteriormente sobre a elucidação do conceito. A partir da consideração de diferentes caminhos disponíveis para essa tarefa, como a entrevista, os questionários, grupos focais, estudos de caso e a Técnica Q, optou-se por esta última.

A Técnica Q consiste num processo de escolha forçada de afirmações (“apostas”) oferecidas a juízes. O resultado das escolhas de cada juiz é apresentado na forma de escala ordinal, denominada de Escala Q. A totalidade das Escalas Q elaboradas pelos juízes é submetida a análise de fatores e de grupamentos (cluster analysis) para identificar a significância estatística da homogeneidade entre os juízes na priorização das afirmações que lhes são oferecidas. O principal resultado desse procedimento é a discriminação entre afirmações poderosas e afirmações fracas. O conjunto de afirmações poderosas, assim como o conjunto de afirmações fracas propiciam a identificação dos conteúdos que têm mais força para aglutinar juízes ao seu redor, ou seja, os motivos que fundamentaram a priorização de afirmações por parte dos juízes.(BAKER, 2006; RANDALL;BENDER; MONTGOMERY, 2007; RAY; THORMAN, 2006). A Técnica Q é uma metodologia para investigar conceitos e teorias pelo seu poder de mostrar significância na capacidade de afirmações para aglutinar sujeitos. Esta técnica é um método de compreensão da subjetividade humana, através da expressão do ponto de vista individual (MCKEOWN; THOMAS, 1988).

A Técnica Q, também denominada no jargão estatístico de “análise fatorial invertida” apresenta a peculiaridade de inverter sujeitos e itens. Nela, os sujeitos (população ou amostra) são alocados no lugar dos itens (afirmações) e os itens (afirmações) alocados no lugar tradicional dedicado aos sujeitos. Esse procedimento ocorre porque nessa técnica, os sujeitos são o objeto de correlação (na análise fatorial e de agrupamento) ao invés de serem os itens. A Técnica Q correlaciona sujeitos a partir da força das afirmações.

A população de sujeitos desta pesquisa foi de 19, buscando-se diversificá-los entre gestores, acadêmicos e agentes governamentais. O motivo desta estratificação é a diversidade de olhares, identificando profissionais que priorizam a reflexão e profissionais que priorizam a aplicação, bem como profissionais que tem o foco em políticas públicas.

Na utilização da Técnica Q, a elaboração das afirmações a serem avaliadas pelos sujeitos é uma condição crucial (MCKEOWN; THOMAS, 1988). Para essa tarefa, a tradição dos pesquisadores sugere que se colem os conteúdos das afirmações em domínios relevantes de subjetividade, tais como: entrevistas com grupos de *experts*, editoriais, pesquisas, entre tantos outros. Partindo desse pressuposto e com o intuito de gerar conteúdo semântico sobre o conceito de sustentabilidade para a construção das afirmações buscou-se, na literatura acadêmica específica, bem como em revistas de divulgação, reportagens e artigos que expressassem a diversidade de significados e ações que definissem e aplicassem a sustentabilidade em suas diversas nomenclaturas tais como, gestão verde, energia limpa, entre tantas outras.

Também foi considerado para a elaboração das afirmações a estratificação de seus conteúdos de acordo com as diversas tendências identificadas na compreensão do conceito de sustentabilidade. Nessa estratificação, foram identificados quatro distintas tendências que diversificam o conceito de sustentabilidade na literatura. São elas: sustentabilidade como controle de danos à natureza física (ambientalismo), sustentabilidade como controle da qualidade de vida (condições de existência), sustentabilidade como princípio (filosofia) e sustentabilidade como emancipação (originalidade e autonomia). A seguir serão apresentados as quatro categorias criadas para estratificação das afirmações.

- Sustentabilidade como controle da natureza física - A busca pela sustentabilidade, e conseqüentemente sua definição, tem sido fortemente ancorada na importância da tratativa dos problemas diretamente ligados à questão ambiental, tais como escassez de água, diminuição dos dejetos, programas de reciclagem, entre tantos outros. É provável que, dentre as possíveis ações ligadas à busca pela sustentabilidade, os objetivos descritos por este grupo de afirmações estejam entre os mais assimilados pelas empresas dentro dos seus objetivos e metas organizacionais, bem como, provavelmente, seja o mais reconhecido pela população em geral. Nos objetivos propostos por este grupo de afirmações, a sustentabilidade apresenta-se dependente da noção de resultado (controlável, palpável, concreto) e é dependente, portanto, das ações originadas agora para que se tenham mantidas as atuais condições de vida da humanidade e as das gerações futuras, como definido pelo relatório de Brundtland (UN, 1987).
- Sustentabilidade como controle da qualidade de vida - Neste segundo grupo de afirmações, a busca pela sustentabilidade passa necessariamente pelo incremento das

condições de vida da sociedade como um todo e tem suas ações fortemente marcadas pela procura por uma melhoria no desenvolvimento das condições de vida do Homem. As ações e sentidos propostos por este grupo de afirmações referem-se a melhorias nas áreas de saúde, moradia, de condições de cultura e lazer, identificados como sinais de qualidade de vida. A questão da responsabilidade dos indivíduos e dos projetos sociais também diz respeito a este grupo. As diversas iniciativas sociais, das muitas organizações do país, podem ser referidas como uma possível forma de atuação no sentido de incrementar a qualidade de vida da sociedade.

- Sustentabilidade como princípio - Neste outro grupo de afirmações, a sustentabilidade é apresentada como uma questão relativa a um interesse maior da sociedade, algo ligado àquilo que se entende por sociedade e sua constituição. Nestas afirmações o conteúdo principal é a orientação de referência, pautada pela priorização de uma ação sobre outra frente àquilo que a sociedade deve ser. Aqui, tem-se em conta mais o princípio enquanto uma regra ou um preceito que tange o funcionamento da sociedade e as interações entre os homens do que os impactos desta ou daquela ação. Nesse sentido, a atenção para a busca pela sustentabilidade ocorre não como controle dos danos físicos ou busca pela melhoria da qualidade de vida (entendida como ações mais imediatas), mas sim através da garantia de condições de justiça, igualdade, liberdade e democracia para todos. A sustentabilidade é, portanto uma consequência e não o objetivo final destas ações.
- Sustentabilidade como emancipação - Finalmente, como o presente trabalho objetiva saber o quanto a emancipação integra os conceitos de sustentabilidade, foram geradas afirmações, também inspiradas na literatura acadêmica, que indicassem algum fragmento emancipatório. As afirmações deste grupo procuram mostrar o potencial emancipatório presente na questão da sustentabilidade ao relacionar emancipação ao desenvolvimento de reciprocidade e ao aumento da conscientização da sociedade como um todo, não apenas no que se refere aos aspectos ligados ao controle físico dos danos no qual a sociedade se encontra, mas também como um reconhecimento, por parte de todos, das próprias potencialidades enquanto ator criativo da própria história (CIAMPA, 1987).

O conjunto de afirmações foi elaborado de acordo com os critérios explicitados acima totalizando 65 itens e, como tal, forma as afirmações previstas na Técnica Q. Para completar o instrumento, foi elaborada a pergunta “Caso você tivesse que definir metas para a sustentabilidade, qual destas seria a mais importante?” cuja função seria constituir o estímulo para motivar e oferecer o critério sobre o qual o sujeito justificaria a produção das respostas que constroem a Escala Q.

Apresentação e Análise dos resultados

A seguir são apresentados e discutidos os resultados da aplicação e análise estatística das Escalas Q obtidas dos 19 sujeitos, sendo 5 acadêmicos, 9 executivos do setor privado e 5 funcionários do setor público.

Para completar os dados requeridos pelos objetivos desta pesquisa, os resultados da pesquisa foram submetidos ao teste não paramétrico Kruskal Wallis, a fim de verificar a diferença entre

os grupos (acadêmico, governo e empresa) pesquisados em função da preferência por afirmações dentro dos quatro fatores inicialmente propostos. Esta nova inferência mostrou a existência de diferenças significantes entre os grupos para os fatores Natureza Física (U=35,15, p=0,008) e Emancipação (U=57,5, p=0,005). O mesmo cálculo revelou que para os fatores Princípio (U=7,16, p=0,82) e Qualidade de Vida (U=8,44, p=0,79) não foram encontradas diferenças significantes entre os três grupos de participantes.

A análise univariada mostrou que, para o fator Natureza Física, foi constatada diferença significativa entre o grupo Acadêmico e o grupo Empresa (p=0,002). Já para o fator Emancipação, foi constatada diferença entre os grupos Acadêmico e Governo (p=0,009). Com base nesses resultados, as diferenças significantes encontradas mostram que as pessoas do grupo Acadêmico têm maior concordância nas afirmações de Natureza Física do que as pessoas do grupo Empresa. Já as pessoas do grupo Acadêmico têm maior discordância nas afirmações que compõem o fator Emancipação do que as pessoas do grupo Governo.

A figura apresentada a seguir demonstra as diferenças descritas na análise acima. Para melhor interpretação dos resultados, tem-se que valores positivos do eixo Y representam maior concordância dos participantes com as afirmações que fazem parte do Fator e valores negativos do eixo Y com uma menor concordância com as questões que compõem os fatores.

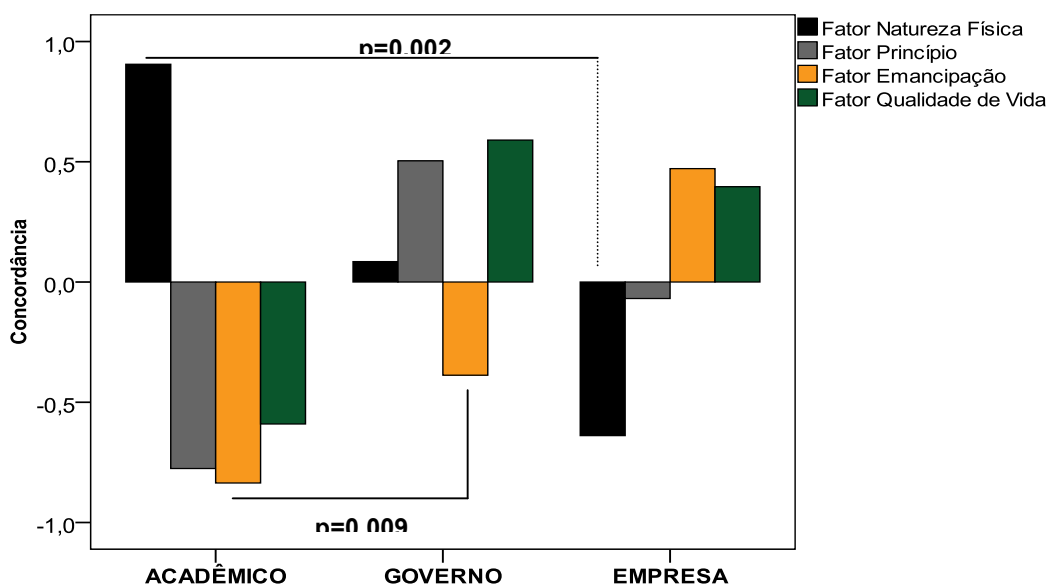


Gráfico 01 (elaborado pela autora) - Concordância em mediana dos fatores (natureza física, princípio, emancipação e qualidade de vida)

Com o intuito de analisar a sustentabilidade a partir de sua interdependência da busca pela emancipação, esta pesquisa buscou através de um exercício de categorização de 65 “apostas” para a sustentabilidade por profissionais agentes do conceito, compreender como a construção desse conceito está sendo realizada e como seus predicados estão ou não alinhados com a idéia de originalidade e autonomia (CIAMPA, 2004; GUARESCHI, 2002), de livre expressão do ganho de uma sabedoria própria (CIAMPA, 1987), ou como constituição subjetiva da própria autodeterminação (JONAS, 1979).

Os resultados revelados, pelos dados empíricos, não demonstram a clareza que se esperava, como também pode-se observar na literatura acadêmica pesquisada, como por exemplo os diferentes entendimentos presentes dentro da ecologia, do ambientalismo e do próprio desenvolvimento sustentável (CARSON, 1962; CASTELLS, 1999; DOEBEL, s/data; GROBER, 2007; PENA-VEGA, 2003; VEIGA, 2005) Entretanto, os resultados providos pela análise estatística podem fornecer muitas informações que trazem inúmeras reflexões que poderão auxiliar a responder algumas das questões colocadas ao longo deste trabalho.

A análise fatorial apontou apenas duas diferenças significativas na amostra estudada, o grupo Academia mostrou-se mais distante do grupo Governo e Empresa, nos fatores Emancipação e Natureza Física, respectivamente. Houve, portanto menor concordância dentro do grupo Academia no que se refere a Emancipação do que entre os profissionais consultados do grupo Governo. Este resultado pode indicar que na academia, dada sua característica mais reflexiva existe maior crítica com relação aos critérios ou condições necessárias para busca pela emancipação. Esta condição vem marcada, por exemplo, já dentro da própria Teoria Crítica cujos diversos autores, apesar de concordarem em muitos aspectos apresentam diferenças significativas no entendimento do Homem e da sociedade. O que falar então, dos profissionais entrevistados por esta pesquisa que pertencem a diferentes ciências. A outra diferença significativa, encontrada entre os profissionais entrevistados, foi uma maior concordância dentro do grupo Academia no que se refere à Natureza Física do que entre os profissionais do grupo Empresa. O conceito de transigência (HABERMAS, 2004) mencionado anteriormente também pode ser aplicado nesse caso. Isto porque, a responsabilidade pelo lucro de uma empresa pode moldar o gestor em relação a uma ação do que outro que tem a responsabilidade por políticas públicas ou a vigilância das empresas que exploram o ambiente. Esta “adaptação” da realidade também pode estar refletindo a importância que o discurso sustentável possui nas empresas (LAYARGUES, 1998). Fato que não se comprova no grupo Academia em função da própria natureza de sua atuação.

Além dessas inferências produzidas pelos dados da análise dos resultados por grupos de sujeitos, têm-se os resultados da análise fatorial que mostra a força de cada um dos itens pela carga fatorial neles encontrada. Tomando-se como referência as afirmações que apresentaram carga fatorial = ou > do que 0,70, a simples leitura das cargas fatoriais revela que no conjunto total das 65 afirmações, o subconjunto com maior carga fatorial e, portanto o mais forte, foi constituído pelas ações relativas ao Ambiente Físico. Apareceram com esse índice, apenas 9 das 65 afirmações, sendo 5 do campo de Ambiente Físico, 2 do campo Princípio e duas do campo de Qualidade de Vida Nenhuma das afirmações do campo de Emancipação alcançou carga fatorial acima de 0,70. A única que chegou mais próxima desse índice foi a afirmação 59 (promoção de cultura comunitária), com carga fatorial de 0,67.

Esses resultados demonstram que o campo Emancipação é o mais fraco dentre os 4 campos aqui considerados, na concepção estratégica de sustentabilidade, por parte dos sujeitos. O campo mais forte, ou o que mais compõe a concepção de sustentabilidade dos sujeitos desta pesquisa é o Ambiente Físico. Se os campos relativos ao Ambiente Físico e Qualidade de Vida forem integrados num único campo, a mesma proporção entre os campos se mantém. Entretanto, a afirmação com maior carga fatorial foi a número 13 (promoção e aprofundamento da democracia, como justiça social) que pertence ao campo de Princípio e trata da democracia e justiça social como condições de sustentabilidade.

Considerações Finais

Os resultados acima apresentados revelam a incapacidade de ações limitadas ao nível técnico para promover a sustentabilidade. Ou seja, que a criação e definição de critérios de justiça precisam estar presentes na sociedade além dos aspectos ligados aos controles de danos físicos ao ambiente. Contudo, tal como presente nas primeiras articulações acerca da sustentabilidade (DOEBEL, s/data; GROBER, 2007) os aspectos físicos e de controle de danos permanecem prioritários frente aos demais. Assim, uma nova ética (JONAS, 1979; PENA-VEGA, 2003) apesar de reconhecidamente importante na literatura e em algumas ações governamentais e organizacionais, ainda não ganhou o espaço que as atuais mudanças globais demandam.

Esta análise permite concluir que o conceito de sustentabilidade é um conceito, como no caso da identidade (CIAMPA, 1987) em constante construção e que caberá à sociedade, ao Homem atuarem no sentido de tornar a discussão acerca dessa problemática e seus desdobramentos em uma busca que tenha em conta o próprio Homem e sua condição ontológica, em seu vir-a-ser. Esta condição parece, justamente por reconhecer o Homem em toda sua potencialidade, ser a condição para que ele não apenas se reconheça e reconheça ao outro, como também reconheça o mundo a sua volta.

Referências

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra. 1971
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1944
- BAKER, R.M. **Economic rationality and health and lifestyle choices for people with diabetes**. Social Science & Medicine, v.63, n.9, p.2342- 2353. 2006.
- BARBIER, E. **A global green new deal : rethinking the economic recovery**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press. 2010. xxiii, 308 p. p.
- CALDERONI, E. **O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho**. (Doutorado). Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin. 1962. 368 p. p.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, v.3. 1999
- CIAMPA, A. **A estória do Severino e a história da Severina**. Um ensaio de psicologia social. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987
- CIAMPA, A. Políticas de identidade e identidades políticas. In: C. DUNKER e M. PASSOS (Ed.). **Uma psicologia que se interroga**. Ensaios. São Paulo: Edicon, 2004.
- DALSUET, A. **Philosophie et écologie**. Paris: Gallimard. 2010
- DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho**. São Paulo: Atlas. 1994
- DOEBEL, R. **Sustainability in history**. On uses and abuses of a concept and a term. University of Muenster, Germany. 2011 s/data.
- GROBER, U. **Deep roots**. A conceptual history of sustainable development. Berlin: Wissenschaftszentrum. 2007

- GUARESCHI, N. **As relações sociais na construção das identidades**. Psicologia em estudo, v.7, n.2, julho/dezembro. 2002.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1983
- HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society**. Cambridge: Polity Press, v.1. 1986.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote. 1990
- HABERMAS, J. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes. 2004
- JONAS, H. **Le principe responsabilité**. France: Champ Essai. 1979
- LAYARGUES, P.P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume. 1998
- LAYARGUES, P.P. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental**. (Doutorado). Ciências Sociais, Unicamp, 2003.
- LIMA, A. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso**. A identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP 2010
- MARTINÉZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração** São Paulo: Contexto. 2011
- MCKEOWN, B.; THOMAS, D. **Q Methodology: Quantitative applications in the social sciences**. Iowa (USA): Sage University. 1988
- NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito**. Brasília: Editora Ibama. 2002
- PENA-VEGA, A.P.-V. **O despertar ecológico**. Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond. 2003
- RANDALL, K.; BENDER, D.; MONTGOMERY, D. **Determining the opinions of health sciences students and faculty regarding academic integrity**. [Q method]. International Journal for Educational Integrity, v.3, n.2. 2007.
- RAY, C.; THORMAN, J. **Using Q Methodology as a Strategy to Explore Cultural Opinions toward Health Care** Journal of International Society for the Scientific Study of Subjectivity, v.29, n.3/4. 2006.
- SACHS, W. **No sustainability without development**: Aislin Magazine. 2011 1995.
- SMITH, N.C.; VOGEL, D.; LEVINE, D. **Global challenges in responsible business**. Cambridge; New York: Cambridge University Press. 2010. xxii, 309 p. p. (Cambridge companions to management)
- SURVEYS, B. **The greening of human resources**. 2011 2009.
- TASSARA, E.T. **Psicologia ambiental e futuro – Reflexões geopolíticas sobre política ambiental**. Revista Psicologia e Ambiente. Instituto de Psicologia. 16 2005.
- UNITED NATIONS (UN). **Our common future: report of the world commission on environment and development** (Brundtland). Disponível em < <http://www.un.org/documents>> Acesso em: 18/07/2016.
- VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond. 2005